

Financiamento e usos da caixa escolar nos jardins de infância de Brasília (1960-1970)

Resumo: O artigo, de caráter historiográfico, tem por objetivo investigar o financiamento e os usos da caixa escolar nos jardins de infância de Brasília entre os anos de 1960 a 1970. Em termos metodológicos, elegeu-se como fonte o jornal *Correio Braziliense*, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por meio da pesquisa com palavras-chave “caixa escolar” e “jardim de infância” a fim de delinear os contextos em que funcionaram os jardins de infância e as suas respectivas caixas escolares. Em relação ao financiamento, a pesquisa evidenciou que a caixa escolar era custeada tanto por eventos cuja renda era para ela revertida e nos quais a comunidade escolar tomava parte, quanto por contribuições periódicas e individuais feitas por pais de família. No que diz respeito aos usos da caixa escolar, foi observado que ela custeava necessidades das instituições que abarcavam aspectos como atendimento a crianças sem recursos, aquisição de materiais escolares e subsídio para compra de lanche ou merenda escolar. Numa situação polemizada pela imprensa, a caixa escolar também foi pensada como financiadora de uma festa de formatura em um jardim de infância da cidade.

Palavras-chave: história da educação; caixa escolar; jardins de infância; Brasília; século XX.

Alana Souza Luz

Universidade de Brasília (UnB)
alanaunb@gmail.com

Juarez José Tuchinski dos Anjos

Universidade de Brasília (UnB)
juarezdosanjos@unb.br

Financing and uses of school fund in kindergartens of Brasília (1960-1970)

Abstract: This paper has a historiographical character and is aimed at investigating the financing and uses of the School Fund in kindergartens of Brasília between the years 1960 and 1970. In methodological terms, the source was the newspaper *Correio Braziliense*, available in the Digital Collection of the National Library of Rio de Janeiro, through a search using the keywords “school fund” and “kindergarten”, in order to delineate the contexts in which the kindergartens and its respective school funds used to operate. Regarding financing, the research evidenced the fact that the School Fund was funded by events whose income was reverted to it and in which the school community took part, as well as by periodic and individual contributions made by parents. In relation to the uses of the School Fund, it was observed that it covered the needs of the institutions, including aspects such as care for poor children, acquisition of school materials, and subsidy for the purchase of meals or school lunches. In a controversial situation, the press argued that the School Fund was also thought to finance a graduation party in a kindergarten of the city.

Keywords: history of education; school fund; kindergartens; Brasília; 20th Century.

Financiamiento y usos del fondo escolar en jardins de infancia de Brasília (1960-1970)

Resumen: El artículo, de carácter historiográfico, tiene como objetivo investigar el financiamiento y los usos del Fondo Escolar en los jardines de infancia de Brasília entre los años 1960 y 1970. En términos metodológicos, se eligió como fuente el periódico *Correio Braziliense*, disponible en la Hemeroteca Digital de la Biblioteca Nacional de Rio de Janeiro, a través de una búsqueda con las palabras clave “fondo escolar” y “jardín de infantes” con el fin de delinear los contextos en que funcionaban los Jardines de Infancia y sus respectivos Fondos Escolares. En cuanto a el financiamiento, la investigación mostró que el Fondo Escolar se financiaba tanto con eventos cuyos ingresos le eran revertidos y en los que participaba la comunidad escolar, como con aportaciones periódicas e individuales realizadas por los padres. En cuanto a los usos del Fondo Escolar, se observó que cubría necesidades de instituciones que cubrían aspectos como atención a niños sin recursos, adquisición de material escolar y subsidio para compra de merienda o almuerzo escolar. En una situación polémica en la prensa, también se pensó el Fondo Escolar para financiar una fiesta de graduación en un jardín de infancia de la ciudad.

Palabras clave: historia de la educación; fondo escolar; jardines de infancia; Brasília; Siglo 20.

Introdução¹

Atualmente a Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio, é obrigatória e gratuita aos cidadãos brasileiros, dos 4 aos 17 anos, por força da Constituição Federal de 1988. No entanto, nem sempre foi assim: essa nova redação da Carta Magna foi dada somente em 2009. Esse fato evidencia o quão recente é a conquista da Educação Infantil para as crianças pequenas, nível que ainda hoje é questionado em sua importância ou incompreendido enquanto direito social da infância.

A história da Educação Infantil no Brasil, de fato, é complexa e não linear, permeada, na maioria das vezes, de conquistas precedidas por muitas lutas sociais. Inicialmente era vista somente como assistencialista, ligada ao movimento higienista e destinada às famílias pobres em que as mães tinham que se separar de seus filhos para trabalharem. (KUHLMANN JUNIOR, 2000) As creches, salas de asilo, escolas maternais, jardins de infância e pré-escolas – nomes que comumente são encontrados na história para indicar as instituições que recebiam crianças pequenas –, eram ligadas a setores de assistência e saúde e somente de forma indireta tinham relação com a educação. Conforme evidências científicas sobre o desenvolvimento da criança foram surgindo

e discursos sobre a necessidade de uma pré-escolarização se afirmando, uma dessas instituições – o jardim de infância –, se reconfigurou de diversas maneiras em diferentes tempos e espaços, tornando-se eminentemente educativa, ainda que, por vezes, não de todo despida de vieses assistencialistas ou compensatórios.

Partindo dessas características gerais com que a Educação Infantil aconteceu – e acontece – em nosso país e indo para algumas de suas especificidades históricas e regionais, esta pesquisa, de caráter historiográfico, toma por objeto de estudo os jardins de infância em Brasília, capital federal, entre 1960 e 1970 e, mais especificamente, o financiamento e os usos da caixa escolar nessas instituições educativas.

Com a mudança da capital do Brasil para o Centro-Oeste na década de 1960, um novo sistema de ensino começou a ser ali implantado, planejado por Anísio Teixeira, então diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1952-1964). Nesse sistema, o jardim de infância foi incluído dentre as instituições a configurarem os chamados Centros de Educação Elementar – compostos por Jardins de Infância (para o atendimento de crianças de 4 a 6 anos), escolas-classe (para o ensino primário regular) e escola-parque (para o ensino de artes, educação física e recreação, a ser frequentada em contraturno pelos alunos das escolas-classe). (TEIXEIRA, 1961) Assim que os jardins de infância entraram em funcionamento, um velho mecanismo muito empregado na história da educação brasileira também emergiu: a caixa escolar.

A caixa escolar foi e ainda é – sua história chega até nossos dias – um mecanismo de complemento à ação estatal no custeio da educação de alunos pobres ou, como diríamos no presente, em situação de vulnerabilidade social. Ventilada ainda em fins do Império como uma estratégia que poderia criar condições de exequibilidade da escolarização do estudante pobre, fornecendo-lhe roupas e materiais escolares, por exemplo, teve largo emprego ao longo do período republicano, mantendo-se em funcionamento, no presente, em muitos estados brasileiros. Na historiografia recente tem sido objeto de estudos sobre sua utilização no ensino primário (BAHIENSE, 2013; BERNARDO; CARVALHO, 2012; ZONIN, 2017, dentre outros). Sua presença na pré-escola, como foi o caso dos Jardins de Infância de Brasília, constitui-se, porém, em temática que ainda não recebeu tratamento historiográfico.

Diante do exposto, investigar o financiamento e os usos da caixa escolar nos jardins de infância de Brasília durante a primeira década de seu funcionamento é o objetivo deste artigo. Como era financiada a caixa escolar nos jardins de infância brasilienses? Que usos eram feitos dos recursos por ela arrecadados? São essas as questões norteadoras deste trabalho.

Face ao contexto da pandemia da covid-19, não foi possível, no desenvolvimento desta pesquisa, acessar os arquivos dos jardins de infância de Brasília, onde certamente fontes relativas à Caixa Escolar poderiam ser mobilizadas. Contudo, como o historiador aprende a fazer flecha com qualquer madeira (JULIA, 2001) e, concordando com Marc Bloch (2011), que tudo aquilo que o ser humano toca pode e deve informar sobre ele, optamos por interrogar aqui, como fonte privilegiada, algumas notícias sobre a caixa escolar dos jardins de infância de Brasília veiculadas no jornal *Correio Braziliense* entre 1960 a 1970.

O primeiro número do *Correio Braziliense* saiu em 21 de abril de 1960, mesma data de inauguração da capital Federal. Diferente do seu homônimo oitocentista, que nasceu de interesses políticos e emancipacionistas de Hipólito da Costa, este surgia como mais um braço do maior conglomerado da mídia brasileira de então, os Diários Associados, presididos pelo empresário da comunicação Assis Chateaubriand. Embora seja difundida a anedota de que o jornal se originou do desafio feito por Chatô a Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK) de que se este inaugurasse Brasília dentro do prazo encontraria, ali, um impresso dos Associados, fato é que desde 1956 estava nos planos do conglomerado fazer circular uma folha na futura capital. (CARNEIRO, 1999)

No seu primeiro ano de funcionamento, o *Correio* conviveu com edições locais de jornais como o *Diário Carioca-Edição Brasília* (SPAGNA; SILVA, 2020), mas foi o mais longo e o único inteiramente produzido na própria cidade, o que aumenta sua importância histórica para quem quer entender Brasília nos seus primórdios. Acresça-se que, segundo Flávia Biroli (2010), tornou-se, com o passar do tempo, o principal jornal diário da cadeia dos Diários Associados. Em 1963 possuía uma tiragem de 1.500 exemplares, chegando a 24.500 em 1969. (BIROLI, 2010) Uma questão que figurou com frequência nas páginas do *Correio* foi a da educação na nova capital: o planejamento do seu sistema de ensino, a inauguração de escolas, as práticas escolares e extraescolares, festas escolares,

os métodos de ensino utilizados, as limitações e vantagens do ensino ministrado na cidade, dentre outros aspectos de interesse dos historiadores da educação.

Para esta investigação, em termos metodológicos, consultamos os exemplares do *Correio* disponíveis na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, por meio da pesquisa com palavras-chave “caixa escolar” e “jardim de infância”. Perseguiu-se, assim, em suas páginas, o “fio do nome” (GINZBURG, 1989), a fim de delinear os contextos em que funcionaram os jardins de infância e as suas respectivas caixas escolares em Brasília. Se o jornal diário tem a limitação de ser uma fonte produzida fora do ambiente escolar, por agentes externos ao seu cotidiano, apresenta a vantagem de evidenciar como determinados aspectos desse cotidiano eram vistos e apreendidos pela sociedade do seu tempo, elemento importante quando se estuda uma ferramenta como a caixa escolar, cujo funcionamento dependia, justamente, dessa adesão de atores externos à instituição, pais e mães, alguns deles leitores ou informantes das matérias veiculadas nas páginas do *Correio Braziliense*.

O artigo, até aqui introduzido, divide-se em três partes. Na primeira, para governo do leitor, é apresentado o sistema de ensino de Brasília com foco na organização e funcionamento dos jardins de infância, com base na historiografia educacional brasileira. Na segunda parte, ancorada em documentação primária, são analisados o financiamento e usos da caixa escolar nessas instituições educacionais. Na terceira parte são tecidas algumas considerações, a modo de conclusão.

O sistema de ensino de Brasília e os seus jardins de infância

Brasília nasceu como uma expressão modernista e almejava transformações que possibilitassem um sistema educacional pertinente ao estado democrático moderno. (PEREIRA; ROCHA, 2011) Responsável pelo plano educacional de Brasília formulado ao final da década de 1950, Anísio Teixeira tinha como objetivo “[...] estruturar um sistema de educação único, democrático, acessível a todos, independentemente da classe social, centrado no indivíduo e no desenvolvimento de suas potencialidades [...]”. (PEREIRA; ROCHA, 2011, p. 35)

O sistema de educação proposto para Brasília, então, seria constituído por centros de educação elementar, por centros de educação média e pela Universidade de Brasília (UnB), todos públicos e financiados pelos cofres estatais. Os primeiros seriam compostos por jardins de infância, escolas-classe e escolas-parque. Os segundos seriam destinados à escola secundária compreensiva e ao parque de educação média. Por fim, a Universidade de Brasília seria constituída por institutos e faculdades. (TEIXEIRA, 1961)

Em um país marcado pela desigualdade, a ideia era de que o novo e moderno sistema educacional de Brasília não fosse mais uma dentre tantas outras instituições e sim um sistema capaz de promover a igualdade de oportunidades, efetivando uma real democracia. (PEREIRA; ROCHA, 2011) O projeto educacional possibilitado pela criação da nova cidade tinha como um dos seus pilares o acesso irrestrito à educação pública de qualidade – desde a Educação Infantil até a Universidade – e proporcionaria a concretização de uma utopia educativa. (PINTO; MÜLLER; ANJOS, 2020)

O plano previa que os jardins de infância comporiam os centros de educação Elementar e seriam destinados a crianças entre 4 e 6 anos; também deveria haver um jardim de infância a cada quadra, que seria composto por quatro salas, atendendo em dois turnos de funcionamento. (TEIXEIRA, 1961) Destaque-se, portanto, que numa época em que a Educação Pré-Escolar era ainda vista como um privilégio de poucos e mais ligada à assistência social, o Plano Educacional de Brasília propunha que ela fosse integrada ao ensino elementar/primário e vista como atividade educativa, prolongando, com isso, o tempo cronológico de permanência das crianças brasilienses nas instituições escolares da nova capital.

Até o final de 1962, foram quatro os jardins de infância inaugurados: o Jardim de Infância 21 de Abril, o Jardim de Infância da SQS 108, o Jardim de Infância da SQS 208 e, por último, o Jardim de Infância da SQS 114. (BARBOSA, 2021a) No restante da década foram inaugurados o Jardim de Infância da 404 Norte (1964); do Lago Sul (1964); Jardim de Infância da 305 Sul (1964-1965); Jardim de Infância do Cruzeiro (1965); Jardim de Infância da 308 Sul (1965) e Jardim de Infância da 312 Norte (1968). (PINTO, MÜLLER; ANJOS, 2018)

A partir desse dado, já se depreende uma importante informação: o ritmo de implantação dos Jardins de Infância em Brasília deu-se de forma irregular ao longo da década, não se concretizando,

até 1970 (e, em verdade, mesmo na atualidade) a proposta de um para cada quadra do Plano Piloto, conforme propugnado pelo plano anisiano. Ou seja: nem todas as crianças em idade pré-escolar na capital tiveram oportunidade de serem atendidas pelos jardins de infância em efetivo funcionamento. Se ampliarmos o olhar para as chamadas cidades-satélites (atualmente chamadas de Regiões Administrativas) que formam o território do Distrito Federal, não contempladas com jardins de infância na década de 1960, a ausência dessas instituições era ainda mais evidente na vida das crianças pequenas que nelas viviam.

Além disso, nos primeiros anos, muitos dos jardins de infância inaugurados começavam a funcionar de forma precária, sem mobílias ou equipamentos adequadamente reservados às atividades educacionais, como ocorreu no jardim de infância 21 de Abril em 1960, o mais antigo da cidade. (PINTO; MÜLLER; ANJOS, 2020) Outros eram postos em funcionamento em ambientes insalubres, em desacordo com os ideários arquitetônicos pretendidos para as escolas da capital. Foi o caso do que viria a ser o Jardim de Infância da Quadra 108 Sul, que em 1961 começou suas atividades dentro de um barracão “[...] absoluta negação da proposta de arquitetura escolar defendida para Brasília [...]”. (PINTO; MÜLLER; ANJOS, 2020, p. 305)

Não obstante tais limitações, a Educação Infantil em Brasília foi ganhando corpo. O Jardim de Infância 21 de Abril, por exemplo, o primeiro aberto no Plano Piloto, apesar da falta de mobílias quando de sua inauguração, contava com uma estrutura física bastante adequada às suas finalidades de socialização da infância, conforme análise que Barbosa (2021b) faz de sua planta e uma fotografia da época:

Na planta é possível visualizar uma preocupação com os espaços livres no geral e na fotografia ambientes abertos individualmente, por meio dos acessos externos de cada turma. As quatro turmas [o edifício do Jardim de Infância possui 4 amplas salas de alvenaria] têm essas grandes portas de vidro para uma varanda externa que se abre para a quadra residencial. Dessa forma, as crianças tinham um pátio interno que servia de integração entre todas as estruturas e de espaço de interação e brincadeira com outras turmas e o espaço da varanda, em escala menor, para a mesma interação e brincadeira, que poderia ser utilizado somente pela turma ou compartilhado com as crianças, mas por fora da instituição. (BARBOSA, 2021b, p. 215)

Já o Jardim de Infância da Quadra 108 Sul, como dito, inaugurado de forma precária em 1961, um ano depois já funcionava em outro local, num prédio bem arejado com um amplo hall de entrada destinado aos visitantes que a instituição recebia. (BARBOSA, 2021b) Isso demonstra que, apesar das resistências enfrentadas na continuidade da construção de Brasília após o término do mandato de JK (PEREIRA, 2020), algum empenho havia em dotar a Educação Infantil de espaços arquitetônicos adequados ao seu desenvolvimento.

Para além da dimensão material, práticas pedagógicas centradas nas crianças e seus interesses também tinham lugar nas instituições, segundo os pressupostos da escola ativa, que estava na base das proposições de Anísio Teixeira para o sistema de ensino da capital. (PEREIRA; ROCHA, 2011) Na pesquisa realizada por Barbosa (2021a), é possível uma aproximação a essas práticas e representações da Educação Infantil na capital sob a perspectiva de Yvonne Jean – jornalista responsável por matérias relacionadas à educação e ensino no jornal *Correio Braziliense*. Segundo o que essa jornalista relatou em suas colunas, ocorriam nos Jardins de Infância “[...] festas juninas, celebrações diversas e formaturas”. (BARBOSA, 2021a, p. 13) Noutro momento

[...] ela convida os seus leitores a irem ver ‘meninos cuidando de carros em miniaturas’, feitas de caixas de papelão, no Jardim de Infância [...] (JEAN, 1963, p. 5); informa sobre o espetáculo de fantoches para crianças no Jardim de Infância da Caixa Econômica [21 de Abril], com a peça ‘A Cigarra e a Formiga’, de Silvia Orthof (JEAN, 1963, p. 9) e de como foi bom visitar o Jardim de Infância da SQS 114 e ver as crianças fazendo uma apresentação de circo (JEAN, 1964, p. 7). (BARBOSA, 2021a, p. 14)

A periodista também documenta em sua coluna a existência de jornais escolares em alguns jardins de infância, com a participação ativa das crianças, como o jornalzinho *O Retrato do Jardim*, do Jardim de Infância da SQS 208, ou o jornal *Cirandinha*, do Jardim de Infância da SQS 108. (BARBOSA, 2021a) No seu conjunto, essas práticas revelam que, apesar de eventuais percalços, a educação da criança pequena foi sendo concretizada no decorrer da década de 1960 em Brasília.

É legítimo afirmar que o novo sistema de ensino pretendia levar em consideração a criança pequena em suas particularidades.

Fundamentada nesses princípios, a capital planejada procurou oferecer uma nova experiência a respeito da Educação Infantil, o que se diferenciava do restante do país, que ainda travava lutas conceituais a respeito da instituição. Porém, para que tais características realmente se efetivassem, algumas garantias deveriam ser feitas para o acesso e permanência das crianças pequenas às escolas. Para auxiliar no atendimento dessas garantias é que surgiu a caixa escolar nos jardins de infância brasilienses. Seu financiamento e usos serão analisados a seguir.

Financiamento e usos da caixa escolar nos jardins de infância

A caixa escolar nos jardins de infância de Brasília foi colocada em atividade desde os primeiros anos de implantação do sistema de ensino local. As notícias sobre ela identificadas no *Correio Braziliense* são em pequeno número quando comparadas às relativas ao ensino primário, mas, apesar de lacunares, dão conta tanto das estratégias de financiamento quanto dos usos a que se destinavam (ou deveriam se destinar) os seus recursos financeiros.

Em junho de 1962, o Jardim de Infância 21 de Abril (também conhecido como Jardim de Infância da Caixa Econômica) foi matéria no *Correio Braziliense*:

Preparando o encerramento do primeiro período de suas aulas, o Jardim de Infância da Caixa Econômica, por inspiração de D. Maria Teresa, realizou uma festa junina, com danças pelos alunos. Houve venda de doces e refrescos, em benefício da Caixa Escolar do jardim, a fim de melhor atender às crianças sem recursos, ali matriculadas. A presença da Banda de Música do Batalhão da Guarda Presidencial deu a nota destacada da festa, alegrando pais e alunos com os seus dobrados. Esse é o primeiro jardim de infância que realiza sua festa junina. (MÚSICOS..., 1962, p. 8)

Conforme a notícia acima, a direção do 21 de Abril aproveitou a oportunidade de uma festa junina – a primeira realizada por um jardim, segundo o jornal – para a “[...] venda de doces e refrescos, em benefício da Caixa Escolar” que tinha por objetivo “[...] melhor atender às crianças sem recursos, ali matriculadas”. (MÚSICOS..., 1962, p. 8) Emerge, aqui, uma estratégia de financiamento da caixa

escolar praticada pela instituição: a arrecadação de recursos com festas escolares. Ao mesmo tempo, destaca-se o uso que desse dinheiro deveria ser feito, isto é, ser empregado no atendimento às crianças ditas sem recursos que frequentavam o jardim de infância. Os participantes da festa, assim, ao mesmo tempo em que se divertiam e socializavam assistindo as “danças pelos alunos” e aos dobrados executados pela Banda de Música do Batalhão da Guarda Presidencial, contribuíam, solidariamente, com a manutenção da caixa escolar do jardim de infância. Ao destacar esse fato, o jornal acabava não apenas registrando a festa, mas enfatizando aos seus leitores o papel da caixa escolar naquele estabelecimento.

No ano seguinte, 1963, foi a vez do Jardim de Infância da 114 Sul valer-se da mesma estratégia, também aproveitando a renda de uma festa junina para a sua caixa escolar:

Promete transcorrer com muita animação a festa junina que será realizada no dia 22 do corrente, no Jardim de Infância da Superquadra 114 (Banco do Brasil), com a participação de todos os alunos do estabelecimento. Do programa constam jogos infantis, castes regionais e venda de guloseimas típicas em barracas artisticamente organizadas. Um grupo de crianças vestidas a caráter dançará a quadrilha, sob o comando de um dos colegas, que fará o mestre-sala. Não faltará também o tradicional ‘casamento na roça’ sendo uma das atrações principais a ‘noiva’, papel desempenhado pela menina Denise, filha do Presidente João Goulart. Os resultados financeiros da festa reverterão em benefício da Caixa Escolar do Jardim de Infância 114. (DENISE..., 1963, p. 8)

O foco da notícia estava expresso em sua manchete: “DENISE VAI SER A NOIVA MATUTA”. Denise era a filha do então presidente João Goulart, e, na ocasião, estudava em uma escola pública na capital, junto com crianças de outras classes sociais. Em que pese isso, a heterogeneidade financeira dessas crianças deveria ser significativa, dada a existência de uma caixa escolar na instituição. E era para sua manutenção que os “resultados financeiros” daquela festa, em que a filha do Presidente da República era a noiva matuta, seriam revertidos. Por tratar-se de anúncio de uma festa a ser realizada, a notícia funcionava como um chamariz aos leitores do jornal para que dela tomassem parte e, assim, contribuíssem com a manutenção de uma caixa escolar, cuja aplicação, embora não mencionada, talvez já fosse de amplo conhecimento dos assinantes

do *Correio Braziliense*, o que pode ser indício de uma naturalização de seu emprego no cotidiano em formação dos jardins de infância.

Se as festas eram ocasiões em que a sociedade como um coletivo tinha oportunidade de colaborar com a caixa escolar, havia, também, outra forma de financiamento mais individual: a contribuição feita pelos pais e mães de família.

Em notícia veiculada no *Correio Brasiliense* em 29 de março de 1961, se menciona o pagamento, por parte das famílias, de contribuições à caixa escolar do Jardim de Infância 21 de Abril (ou da Caixa Econômica), cuja evidência nos chega em meio a um conflito entre um pai de família e a diretora do Jardim:

Um pai de aluno do Jardim da Infância da Caixa Econômica situada na Avenida W3 veio à redação do CORREIO BRAZILIENSE e mostrou uma lista de material exigido pela diretora daquele estabelecimento da F.E.B. dona Maria Tereza Medeiros Falcão. Argumentou que as crianças já pagam uma taxa elevada de Caixa Escolar e são obrigadas ao uso de um uniforme que nem está ao alcance de todas as bolsas. Na lista que nos foi apresentada, há folhas de papel exigidas que se elevam a duas centenas e mais uma quantidade de lápis, tintas, massa plástica, goma arábica, anilina, cartolina, papel lustroso e ainda instrumento de música para a bandinha e um brinquedo. Pelas contas, o material vai a mais de mil cruzeiros e não deve ser para o ano todo. Alegam os pais dos alunos que as escolas de Brasília são financiadas pelos governos de federal e municipal, tendo, portanto, uma verba destinada ao material do professor e do aluno. Ainda existe uma Caixa Escolar obrigatória. Não se compreende a exigência de material de alto custo, portanto. A Fundação Educacional de Brasília deveria fiscalizar também o que as diretoras das escolas estão exigindo dos pais dos alunos e agradecendo sua cooperação com pronto atendimento. (PAIS..., 1961, p. 8)

Como dito, a reportagem traz o relato de um pai queixando-se da lista de material de alto custo exigida pelo Jardim de Infância e que, a seu ver, não se justificaria uma vez que “[...] as crianças já pagam uma taxa elevada de Caixa Escolar”. (PAIS..., 1961, p. 8) Já sabemos que esse Jardim utilizava-se de festas escolares para angariar fundos para sua caixa escolar. Agora, depreendemos que havia ali também um financiamento regular desta por meio de contribuições periódicas das famílias e um entendimento, por parte de ao menos algumas delas – como era o caso do pai reclamante –, de

que sua renda deveria ser utilizada para arcar com as despesas de materiais didáticos básicos à instituição, embora sem diferenciar o que seria destinado a alunos pobres ou aos de melhores condições econômicas. Tanto é que o foco da indignação do pai leitor/informante do *Correio* era o fato de ser aquela uma instituição pública, custeada “pelos governos federal e municipal”, na qual “existe uma caixa escolar obrigatória”, ou seja, na qual todos já contribuíam compulsoriamente para as necessidades materiais da instituição, dando o seu quinhão para auxiliar o poder público, não sendo para ele compreensível que outras despesas fossem solicitadas aos pais com filhos matriculados no Jardim.

Estamos agora em 9 de outubro de 1970. O jornalista Hélio Doyle, numa notícia de página inteira, apresenta aos leitores a rotina de funcionamento do Jardim de Infância da 308 Sul, dando destaque, dentre outros aspectos, à caixa escolar:

O Jardim de Infância da 308 conta atualmente com 331 alunos divididos em três turnos: 8 às 11, 11:50 às 14:50 e 15 às 18 horas. Cada turno tem quatro turmas, com a média de 30 crianças. O corpo docente – administrativo é composto de 12 professoras de sala, uma professora de educação musical, uma merendeira, uma auxiliar de secretaria e uma vice-diretora, sob o comando de Dona Maria Teresa de Medeiros Falcão, diretora do estabelecimento. As crianças que moram na SQS 308 têm prioridade de matrícula, sendo as vagas restantes preenchidas por crianças residentes em outras quadras próximas. No início do ano cada aluno, que tem condições econômicas suficientes, paga uma taxa de 30 cruzeiros para compra de material. Depois, mensalmente, todos os que podem contribuem com 10 cruzeiros para a Caixa Escolar, cuja renda é revertida em compra de material e merenda. Segundo a diretora, não há nenhuma discriminação em relação aos que não podem pagar. (DOYLE, 1970, p. 28)

No olhar retrospectivo, próprio do historiador, um primeiro dado que esta notícia permite perceber é a fragilidade em que se encontrava a Educação Infantil em Brasília uma década depois de sua instalação, funcionando em três turnos, diferente dos dois previstos pelo Plano Educacional. (TEIXEIRA, 1961) Ao que parece, apesar da incorporação da Educação Infantil ao sistema educacional de Brasília, a falta de verbas para a abertura de mais instituições precarizava a qualidade e quantidade de horas das crianças na escola.

A demanda por instituições educacionais na capital, de fato, foi aumentando devido ao fluxo migratório, o que acabou provocando pressões para efetivação do Plano Educacional. (PINTO; MÜLLER; ANJOS, 2018) Este, por sua vez, começou a apresentar lacunas, como a descrita na notícia acima: implantação de sistemas parciais de ensino. Com tais problemas e considerando o custo adequado ao sistema educacional planejado por Anísio Teixeira para a capital, a Caixa Escolar fazia-se ainda mais presente e necessária.

No caso do Jardim de Infância da 308 Sul, para garantir seu funcionamento, os pais eram convocados pela diretora Maria Teresa de Medeiros Falcão – a mesma que no início da década dirigia o 21 de Abril – a auxiliar o poder público para o benefício da instituição em dois momentos do ano letivo: no seu início e ao longo dos meses. Por ocasião da matrícula, o auxílio era com uma contribuição de 30 cruzeiros, para a compra de material escolar, desde que a família estivesse em condições de fazê-lo, frisa o periódico. (DOYLE, 1970, p. 28) Mas, por existirem famílias que não podiam fazê-lo e tinham seus filhos matriculados na escola, isto é, famílias em situação de pobreza, é que havia a Caixa Escolar, para a qual, mensalmente, “[...] todos os que podem contribuem com 10 cruzeiros”. (DOYLE, 1970, p. 28) Ou seja, havia ali a prática da contribuição mensal para a manutenção da Caixa, para o que se dependia da generosidade dos pais em condições de participarem. Em relação aos que não o podiam, “não há nenhuma discriminação” (DOYLE, 1970, p. 28), teria declarado a diretora à reportagem. E em que era empregado esse dinheiro? Na “compra de material e merenda” (DOYLE, 1970, p. 28), isto é, do básico necessário para uma instituição escolar de atendimento à infância poder funcionar e cujo fornecimento dependia da arrecadação da caixa escolar. Ela vinha, assim, suprir ausências do Estado em matéria de custeio da Educação Infantil.

Identificamos, até aqui, duas estratégias de financiamento da caixa escolar nos jardins de infância (arrecadação com festas e contribuições periódicas das famílias) e alguns dos seus usos (atendimento a crianças sem recursos, aquisição de materiais escolares e subsídio da merenda escolar). Todavia, nas notícias localizadas no *Correio Braziliense*, nem sempre os recursos da caixa escolar eram empregados com essas finalidades, o que, em ao menos uma ocasião, foi causa de opiniões discordantes entre a direção de um jardim de infância, famílias de algumas crianças atendidas e imprensa. A

polêmica é relatada em detalhes na coluna “Ensino Dia a Dia”, da jornalista Yvonne Jean. Em 26 de outubro de 1962, ela escreveu:

Um dos nossos Jardins de Infância discutiu, esta semana, com as mães dos alunos da última turma, a festa de ‘formatura’ que marcará o fim da vida pré-escolar de 53 crianças. Não me foi possível assistir à reunião de mães e mestres, que me foi descrita por uma mãe aflita. Quatro decisões foram tomadas: 1º - cada criança do primeiro turno mandará fazer duas dúzias e meia de fotos pequenas para distribuição aos companheiros de turno; 2º - cada mãe dará mil cruzeiros para o lanche; 3º - o melhor desenho infantil do filho será entregue ao jardim para ser emoldurado; 4ª - cada menino comprará um calção e sapatos de tênis para comparecer à festa na Escola-Parque. A mãe que me deu estes dados é uma pessoa modesta e que, portanto, teve inibição para declarar, em frente a muitas senhoras, que o jardim ‘gratuito’ onde já paga 300 cruzeiros mensais para ajudar a Caixa Escolar a oferecer o lanche diário às crianças e a obrigou, há pouco, a comprar chuteiras, sapatos de futebol e uniforme, não deveria exigir alguns contos de réis para uma simples festa infantil. Havia, no grupo, senhoras de pequenos funcionários que tampouco confessariam que 53.000 cruzeiros lhes pareciam muito para um lunch a outras senhoras que acharam a importância uma ninharia. (JEAN, 1962a, p. 9)

A notícia gira em torno dos preparativos para a formatura que marcaria a transição das crianças da pré-escola para o Ensino Primário. Dentre esses preparativos, haveria alguns de ordem financeira a serem proporcionados pelos pais: fotos de recordação do evento; mil cruzeiros para o lanche e compra de um calção e sapatos novos para as crianças participantes da colação. Como era de se imaginar, uma vez que a escola – como outras de Brasília – reunia crianças de diversas condições sociais, uma mãe procurou a jornalista Yvonne Jean para relatar o ocorrido e manifestar o que, na reunião, se sentiu inibida a fazer: “[...] o jardim ‘gratuito’ onde já paga 300 cruzeiros mensais para ajudar a Caixa Escolar a oferecer lanche diário às crianças e a obrigou, a pouco, a comprar chuteiras, sapatos de futebol e uniforme, não deveria exigir alguns contos de réis para uma simples festa infantil”. (JEAN, 1962a, p. 9) Essa mãe, como se vê, não se sentia confortável em ter que despende, além dos 300 cruzeiros mensais ao Caixa Escolar, outros mil cruzeiros para uma festa. Outras, na opinião da jornalista, “tampouco confessariam que 53.000 cruzeiros lhes pareciam muito para um

lunch” (JEAN, 1962a, p. 9) enquanto para algumas o valor poderia ser irrisório. Ao menos uma segunda mãe procurou a colunista, para lhe relatar o seguinte:

[...] havia, na sala de reuniões, pelo menos uma pessoa que foi falar com as professoras, após a saída das outras mães. Explicou que não estava em condições financeiras de participar das despesas e muito amavelmente, disseram que a escola a ajudaria para que o filho não se sentisse em condições de inferioridade. Desta que requer, desde o início, pelo menos uma escola humilhante, está errada. Além do mais, a Caixa Escolar deve quando possível, dar livros aos bons alunos, jogos de mecânica aos mais jeitosos e sapatos aos que deles precisam. Não foi idealizada para comprar fotos para as famílias!. (JEAN, 1962a, p. 9)

Aqui, a notícia, tal qual um signo, exige um pouco de esforço para ser decifrada. Outra mãe, sem condições de arcar com as despesas, manifestou essa impossibilidade às professoras, que lhe “disseram que a escola a ajudaria para que o filho não se sentisse em condições de inferioridade”. Para Yvonne Jean, tal fato era constrangedor, na medida em que criava fraturas sociais entre as crianças com mais e aquelas com menos condições econômicas: “uma escola humilhante”, em suas palavras. A questão que nos interessa é: como as professoras poderiam auxiliar o aluno sem condições? Provavelmente recorrendo à Caixa Escolar, elemento mencionado pela jornalista para defender seu ponto de vista. Isso, porém, seria contrário às finalidades desse instituto escolar, contrapõe Yvonne Jean. A caixa foi idealizada para, quando possível, “[...] dar livros aos bons alunos, jogos de mecânica aos mais jeitosos e sapatos aos que deles precisam. Não foi idealizada para comprar fotos para as famílias”. (JEAN, 1962a, p. 9) Aqui, no meio da polêmica sobre a formatura do jardim de infância, flagramos a possibilidade de usos não previstos originalmente à caixa escolar, mas mobilizados pela escola como forma de garantir que todos os estudantes ali matriculados – sobretudo os de menos recursos financeiros – participassem de todas as atividades educacionais propostas pela instituição, inclusive uma festa de formatura. Tal uso, porém, ao menos na ótica da cronista do *Correio*, não era ponto pacífico.

A visibilidade que o jornal deu aos fatos aqui relatados não foi bem recebida por alguns pais e professoras do jardim de infância que, dados os desdobramentos relatados numa edição posterior, de 31 de

outubro de 1962, sabemos tratar-se do Jardim de Infância da 208 Sul. (JEAN, 1962b) Foi convocada uma reunião na qual a jornalista foi convidada a participar e dar explicações sobre as opiniões que emitiu dias antes em sua coluna e, ao mesmo tempo, ouvir a versão dos pais e professoras da instituição. Estamos, destarte, diante de uma situação na qual, parafraseando Robert Darnton (1996), o jornal não se limitou a narrar eventos, mas tornou-se ingrediente dos acontecimentos que relatava, através do envolvimento de uma de suas colunistas. Tendo comparecido à reunião, dentre vários argumentos mobilizados pelos pais e professoras, ficou esclarecido para Yvonne Jean que:

Todos aqueles que tomaram a palavra insistiram sobre o fato que as sugestões feitas para a festa partiram das mães e não das professoras. Portanto, retiro, antes de mais nada, qualquer censura que possa ter feito, porventura, às professoras, dirigindo-me exclusivamente às mães de alunos. Disse-se, em seguida, que as despesas que eu achara excessivas para algumas das famílias foram votadas democraticamente e aceitas unanimemente. Apesar de o argumento ser válido, em teoria, permito-me discordar de sua eficiência, na prática, porque quando pessoas humildes se encontram em minoria, aceitam, evidentemente, as decisões tomadas por pessoas instruídas, não querendo discordar de quem mais entende do assunto nem confessar sua inferioridade econômica. Porém mantida esta restrição, cabe-me, agora, citar os argumentos expostos. [...] Ao explicar que cada família dá o que pode ou quer para a Caixa Escolar sem que jamais criança alguma saiba se participa com mil ou com cinco cruzeiros já que o mesmo envelope fechado é entregue mensalmente a cada um, acrescentou-se que no caso da festa nem todos participariam das despesas, pois bastaria que alguém explicasse à professora a impossibilidade de contribuir para que a escola se encarregasse de sua participação. Assim sendo, a festa seria muito menos cara de que parecia, pois uns pagavam para os outros. Além do mais, tratava-se de verdadeira festa de confraternização do bairro e das famílias que atrairia, além dos alunos, irmão e amigos em grande número. Só posso apoiar a iniciativa do envelope fechado e da ajuda voluntária à Caixa Escolar. O caso da festa que nos preocupa, apesar de continuar pensando que o ideal teria sido uma iniciativa ao alcance de todos, sem exceções, que não posso deixar de achar humilhante, admito que o fato de querer marcar o fim do período pré-escolar com uma solenidade da qual a criança se lembrará é defensável. (JEAN, 1962b, p. 9)

Diante das informações recebidas, a jornalista Yvonne Jean matiza parte das críticas que teceu anteriormente ao modo com a festa escolar seria financiada. Ao mesmo tempo, traz de novo à baila a Caixa Escolar da instituição – explicitando os modos como era feita a contribuição mensal das famílias, de forma anônima, voluntária (“cada família dá o que pode ou o que quer para a Caixa Escolar”) e em envelope lacrado – mas, sugerindo uma vez mais, nas entrelinhas, que no entendimento dos participantes da reunião, seria esta que financiaria a formatura para as crianças sem condições, de modo que “[...] a festa seria muito menos cara do que parecia, pois uns pagavam para os outros”. (JEAN, 1962b, p. 9) Encerrando a polêmica criada por sua coluna, talvez já convencida de que a caixa escolar poderia, também, ser utilizada para fins não previstos, como o pagamento da formatura das crianças na pré-escola diante de um aparente consenso dos pais em votação, conclui afirmando aos leitores que “querer marcar o fim do período pré-escolar com uma solenidade da qual a criança se lembrará, é defensável”. Já para o historiador, que lê essa coluna décadas mais tarde, deixa entrever a caixa escolar como elemento essencial para a subvenção das necessidades dos alunos pobres, que eram aqueles que, ao fim e ao cabo, teriam, além do lanche custeado diariamente pela caixa escolar, também o financiamento de sua festa de formatura no Jardim de Infância da 208 Sul, possibilitando-lhes, com isso, viverem as mesmas experiências escolares de seus colegas mais afortunados, tentando, desse modo, materializar os ideais democráticos que presidiram a criação do sistema de ensino de Brasília nos anos 1960.

A modo de conclusão

Este artigo teve por objetivo investigar o financiamento e os usos da caixa escolar nos jardins de infância de Brasília durante a primeira década de seu funcionamento. Foi possível, pela inquirição do jornal *Correio Braziliense*, identificar como era financiada e em que eram aplicados os recursos da caixa escolar dessas instituições de educação da pequena infância.

Em relação ao financiamento, a pesquisa evidenciou que a caixa escolar era custeada tanto por eventos cuja renda era para ela revertida e nos quais a comunidade escolar em sentido amplo tomava parte, quanto por contribuições periódicas e individuais feitas por pais de família. No caso destas últimas, seu valor variava

de acordo com o jardim ou o período flagrado na pesquisa, sendo essa contribuição ora vista como obrigatória ora como espontânea, a depender da instituição. Nas fontes analisadas, não se identificaram recusas ou resistências ao financiamento da caixa escolar. Pelo contrário, ela sempre aparece, desde a implantação do sistema de ensino em Brasília, naturalizada e integrada ao cotidiano dos jardins de infância.

No que diz respeito aos usos da caixa escolar, foi observado que ela custeava necessidades das instituições que abarcavam aspectos como atendimento a crianças sem recursos, aquisição de materiais escolares e subsídio para compra de lanche ou merenda escolar. Numa situação polemizada pela imprensa, a caixa escolar também foi pensada como financiadora de uma festa de formatura em um jardim de infância da cidade, no caso das crianças que não pudessem por meio de suas famílias arcarem com a participação nesse tipo de evento. De forma geral, pode-se afirmar que os usos da caixa escolar identificados nessa pesquisa eram feitos sempre visando ao atendimento de necessidades coletivas das crianças matriculadas nas instituições. Por outro lado, as fontes não permitiram diferenciar se esses recursos eram investidos exclusivamente em crianças pobres ou eram gastos com todas as crianças que frequentavam os jardins de infância.

Para além do que foi possível demarcar nesta pesquisa, em estudos futuros e assim que a situação epidemiológica o permita, valeria a pena localizar e interrogar, nos arquivos dos jardins de infância de Brasília, documentos relativos a suas caixas escolares, a fim de verificar se, afora essas estratégias de financiamento e usos aqui identificados, outras foram postas em movimento no processo de funcionamento e aplicação da caixa escolar nas instituições de Educação Infantil da cidade. Os dados aqui reunidos, contudo, já são um ponto de partida para investigações posteriores.

Referências

- BAHIENSE, P. N. *A fim de arrancar do erro e da ignorância pequeninos seres: as caixas escolares em Belo Horizonte (1911-1918)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.
- BARBOSA, E. B. L. Notícias da pré-escola no Distrito Federal: apontamentos de Yvonne Jean (1960-1964). *Educar em Revista*, Curitiba, v. 37, p. e75364, 2021a.

- BARBOSA, E. B. L. Três colunas do jornal Correio Braziliense e os primeiros Jardins de Infância de Brasília: o provimento material solicitado (1960-1965). In: CORDEIRO, A. B. *et al.* (org.). *A teia das coisas: cultura material escolar e pesquisa em rede*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021b. p. 207-224.
- BERNARDO, F. O.; CARVALHO, R. A. de. Caixa escolar: instituto inestimável para a execução do projeto de educação primária. *Educação em Foco*, Juiz de Fora, v. 16, n. 3, p. 141-158, 2012.
- BIROLI, F. Correio Braziliense. In: DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/correio-braziliense>. Acesso em: 08 fev. 2022.
- BLOCH, M. *A apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- CARNEIRO, G. *Brasil, primeiro: história dos Diários Associados*. São Paulo: Fundação Assis Chateaubriand, 1999.
- DARNTON, R. Introdução. In: DARNTON, R.; ROCHE, D. (org.). *Revolução impressa: a imprensa na França 1775-1800*. São Paulo: Edusp, 1996. p. 15-20.
- DENISE vai ser a noiva matuta. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 8, 19 jun. 1963.
- DOYLE, H. Jardim de Infância diferente. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 28, 9 out. 1970.
- GINZBURG, C. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, C. *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989. p. 169-178.
- JEAN, Y. Correio Estudantil: o ensino dia a dia. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 9, 26 out. 1962a.
- JEAN, Y. Correio Estudantil: o ensino dia a dia. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 9, 31 out. 1962b.
- JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, v. 1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.
- KUHLMANN JUNIOR, M. Educando a infância brasileira. In: FARIA FILHO, L. M.; LOPES, E. M.; VEIGA, C. G. (org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 469-496.
- MÚSICOS da GP alegraram o jardim de infância. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 8, 23 jun. 1962.
- PAIS de aluno estranham lista de material escolar. *Correio Braziliense*, Brasília, DF, p. 8, 29 mar. 1961.
- PEREIRA, C. M. M. C. Jardins de infância em Brasília: o plano de construções escolares de Anísio Teixeira. In: SILVA, F. T. *et al.* (org.).

História e historiografia da educação brasileira: teorias e metodologias de pesquisa. Curitiba: Appris, 2020. p. 113-130.

PEREIRA, E. W.; ROCHA, L. M. F. Anísio Teixeira e o plano educacional de Brasília. In: PEREIRA, E. W. *et al.* (org.). *Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)*. Brasília, DF: Editora UnB, 2011. p. 27-45.

PINTO, V. F.; MÜLLER, F.; ANJOS, J. J. T. Entre o passado e o presente: contrastes de acesso à educação infantil no Distrito Federal. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 34, p. e187179, 2018.

PINTO, V. F.; MÜLLER, F.; ANJOS, J. J. T. Entre o plano e o vivido: a inauguração de Brasília e dos jardins de infância (1960-1962). *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 47, p. 292-313, 2020.

SPAGNA, E. O.; SILVA, V. C. O processo de escolarização no Distrito Federal na década de 1960: o que dizem os jornais. In: SILVA, F. T. *et al.* (org.). *História e historiografia da educação brasileira: teorias e metodologias de pesquisa*. Curitiba: Appris, 2020. p. 97-112.

TEIXEIRA, A. S. Plano de construções escolares de Brasília. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 35, n. 81, p. 195-199, jan./mar. 1961.

ZONIN, S. A. *A caixa escolar na escolarização da infância catarinense (1938-1945)*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

Submetido em 18/03/22
Aceito em 14/06/22